



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 6 • nº 2 • 26/04 a 09/05/09 • ISSN1809-6182

Resenhas

27/04/2009 - Desdobramentos da crise financeira global.....p.01

Desemprego e queda da produção são alguns efeitos já sentidos pela atual crise financeira mundial. Porém os desdobramentos podem ainda se estender ao nível político e no âmbito de maior regulação do Estado nas atividades do mercado.

01/05/2009 - Diálogo Trilateral: Estados Unidos, Paquistão e Afeganistão.....p.04

O Presidente estadunidense, Barack Obama, se encontrou com representantes de diversos países, em março de 2009, para discutir a campanha contra o terrorismo e apresentar sua nova estratégia para dismantelar grupos extremistas como a Al Qaeda.

Desdobramentos da crise financeira global

Resenha
Economia & Comércio

Daniel Peluso Rodrigues da Silva
27 de Abril de 2009

Desemprego e queda da produção são alguns efeitos já sentidos pela atual crise financeira mundial. Porém os desdobramentos podem ainda se estender ao nível político e no âmbito de maior regulação do Estado nas atividades do mercado.

C rises podem trazer dificuldades a variados atores, sejam empresas, governos, cidadãos, sejam instituições. Mas é importante notar que um período turbulento, como o atual momento de crise no setor financeiro mundial, pode favorecer, em diferentes aspectos, alguns grupos, como é observado no caso dos países emergentes ou em desenvolvimento e as instituições financeiras.

A primeira vez em que se ouviu falar do G-20¹ foi em 2003, nas discussões da Rodada Doha [Ver também: [Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio](#).] Este grupo de países emergentes uniu-se com a finalidade de alcançar maior e melhor poder de barganha frente aos países desenvolvidos – chamados de G-8². Porém, os impactos causados por essa união de países emergentes frente às maiores economias do mundo foram superficiais, como pode ser constatado nos entraves da Rodada Doha, que ainda não foi concluída, principalmente na questão agrícola.

Na atual configuração de crise financeira mundial, ouviu-se novamente a nomenclatura G-20, mas em diferentes

perspectivas. A cúpula deste “novo” G-20³ surge na tentativa de reunir as maiores economias mundiais, que representam 90% do PIB (Produto Interno Bruto) global e dois terços da população do planeta para a discussão de possíveis medidas a serem tomadas para resgatar a economia mundial dos efeitos já sentidos pela crise do setor financeiro.

A crise financeira, que teve sua origem no sistema hipotecário estadunidense, alastrou-se por várias outras economias do globo, trazendo consigo efeitos como: desconfiança no mercado, diminuição da produção, queda nas importações e exportações, dificuldades de liquidez do sistema financeiro (bancos, seguradoras e fundos de investimento) e um alto número de demissões em variados setores da economia. [Ver também: [A crise imobiliária estadunidense e seus reflexos](#)]

A crise que começou no centro (economia estadunidense) pede apoio da periferia (países em desenvolvimento) para se reerguer e tornar a economia mundial novamente viável. Diante dessa nova dinâmica, é possível perceber que este

¹ Ver glossário: Grupo dos 20 – G20.

² Ver glossário: Grupo dos oito – G8.

³ O grupo reúne o G8 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Canadá, Itália e Rússia), a União Européia e mais 11 nações emergentes (Brasil, Argentina, México, China, Índia, Austrália, Indonésia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul e Turquia).

momento de crise financeira global acarretou um novo cenário, no que diz respeito ao processo de tomada de decisão na perspectiva da economia mundial. Antes, tal processo era restrito ao seleto G-8. Porém, no âmbito desta conferência, alguns dos principais países emergentes encontram-se no centro das discussões, desenhando assim um dos efeitos políticos da crise. Em outras palavras: países periféricos estão no centro do processo decisório para a definição das novas medidas econômicas a serem implementadas. Na reunião de cúpula do G-20 foi assumido, também, um compromisso dos países desenvolvidos em retomar as negociações da Rodada Doha, que para alguns já estava fracassada.

Os efeitos da crise não foram somente no âmbito político, mas também alcançaram a esfera das relações entre mercado e o Estado. Ou seja, foi discutida a possibilidade de implementar políticas de maior controle do Estado nas atividades do mercado. Na cúpula das maiores economias do mundo em abril deste ano, houve um consenso que medidas emergenciais deveriam ser tomadas para o início da recuperação econômica.

A primeira delas refere-se à regulação econômica. Houve um alinhamento nos discursos dos chanceleres neste tópico, que apontam para esforços destes governos em obterem maior controle da economia de seus Estados e promover, ainda, a transparência do sistema financeiro. Este é o argumento formulado por John Maynard Keynes, o ilustre economista britânico, que defendia em sua teoria a ação do Estado nas lacunas deixadas pelo mercado. O Estado, como sugeria Keynes, deve intervir na economia à medida que o mercado se omite ou não é capaz de gerir determinadas situações.⁴

⁴ Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, e fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas

Segundo alguns especialistas mais pessimistas, o descontrole do mercado frente ao grande volume de capitais que buscava cada vez mais rentabilidade a qualquer preço e risco - ou seja, hipotecas e concessões de crédito sem lastro⁵ e garantias - colocou todo o sistema financeiro mundial à beira de um colapso.

Existe ainda outro aspecto relacionado à regulamentação dos mercados, na interface do controle de paraísos fiscais, que está diretamente ligado à lavagem de dinheiro. Neste aspecto, ficou decidido que a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁶ será a responsável por estabelecer as regulamentações.

Outro efeito da crise parece deslocar-se na direção das instituições financeiras: Fundo Monetário Internacional (FMI)⁷ e o Banco Mundial⁸. Foi decidido que estes órgãos ficarão responsáveis por monitorar e administrar as políticas acordadas pela cúpula, conferindo a elas o primeiro passo em direção ao retorno do centro do sistema financeiro mundial, a ponto do diretor-geral do FMI, Dominique Strauss Kahn, afirmar que esta organização “está realmente de volta”.

Em suma, não se sabe se estas medidas adotadas pelas maiores economias do mundo serão suficientes para a recuperação econômica. No entanto, pode-se considerar que a crise já começa a

que atualmente deixam de ser feitas. (KEYNES, John Maynard. *The end of laissez-faire*. Amherst, New York: Prometheus Books, 2004.)

⁵ Depósito em ouro que serve de garantia ao papel-moeda. Nas operações no nosso mercado financeiro, lastros são os títulos dados em garantia de uma operação financeira. Garantia de que as cédulas e moedas que circulam na praça têm de fato valor.

⁶ Ver glossário: OCDE.

⁷ Ver glossário: FMI.

⁸ Ver glossário: Banco Mundial.

desenhar mudanças na gerência da economia mundial. As decisões mais significativas para a economia global, em geral, resultavam das negociações dos países desenvolvidos. Porém, neste momento de crise, os países em desenvolvimento juntamente com os países desenvolvidos, apresentam-se como atores fundamentais nas decisões mais relevantes no que concerne às estratégias a serem tomadas para a recuperação econômica. Já no âmbito da intervenção do Estado na economia, foram acordadas novas medidas de controle do Estado no mercado financeiro, com o objetivo de monitorar e reparar as falhas do mercado.

Palavras-chave: Crise financeira, G-20, G-8, desenvolvidos, em desenvolvimento, países periféricos.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

The Economist

<http://www.economist.com>

Ver Também:

25-09-2007: [A crise imobiliária estadunidense e seus reflexos](#)

09-04-2008: [Economia estadunidense sobre risco de recessão](#)

08-09-2005: [Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio](#)

Diálogo Trilateral: Estados Unidos, Paquistão e Afeganistão

Resenha
Segurança

Maria Eugênia Nassim
01 de maio de 2009

O Presidente estadunidense, Barack Obama, se encontrou com representantes de diversos países, em março de 2009, para discutir a campanha contra o terrorismo e apresentar sua nova estratégia para dismantelar grupos extremistas como a Al Qaeda.

Desde sua posse, o Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama, tem se preocupado em discutir a questão do terrorismo no Afeganistão e no Paquistão. Para Obama, os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)¹ são atores fundamentais na luta contra o terrorismo na região do sul da Ásia e da Ásia central. Nessa direção, no dia 10 de março de 2009, o Presidente se encontrou com os membros da Organização para examinar suas propostas e seu plano para o Paquistão e o Afeganistão.

Novos encontros ocorreram no dia 25 de março com Jaap de Hoop Scheffer, Secretário Geral da OTAN, e no dia 26 de março, data do 60º aniversário dessa organização. Porém, foi somente no dia seguinte, em 27 daquele mês, que o Presidente Obama apresentou sua nova estratégia para os representantes presentes, defendendo que a guerra no Afeganistão necessitaria de um novo objetivo que, segundo ele, seria: “destruir, dismantelar e derrotar a Al Qaeda no Afeganistão e no Paquistão, e prevenir seu regresso para o país no futuro”². Ou seja,

os extremistas da Al Qaeda devem ser impedidos de pôr em risco não só a estabilidade do Afeganistão e do Paquistão, como também a população mundial, que tem sofrido com atentados terroristas em diversas partes do mundo.

Menos de cinco por cento do Taliban são ligados à Quetta Shura ou, como ficou comumente conhecida, a Al Qaeda. Isto é, não são todos os extremistas que invocam o *jihad*³ e promovem o terrorismo contra o mundo. Somente uma pequena parte – 5 por cento antes citados – do Taliban está conectada com a Al Qaeda; ainda, uma menor parte a Osama Bin Laden e Ayman al-Zawahiri⁴. Nesse sentido, a maior parte do Taliban deseja governar localmente, não ao redor do mundo.

De acordo com informações do governo estadunidense, faz sete anos que o Taliban, através do uso da força, tomou o controle de certas regiões no Afeganistão e no Paquistão. Fundamentando-se nesse

Pakistan and Afghanistan, and to prevent their return to either country in the future”. Frase retirada do discurso proferido no dia 27 de março de 2009 pelo presidente Barack Obama.

³ Ver também Glossário: Jihad.

⁴ Um dos líderes da Al Qaeda, que tomou posse quando autoridades Egípcias prenderam Abbud al-Zummar e considerado por Osama Bin Laden um dos cérebros do grupo.

¹ Ver também, no Glossário, o verbete OTAN.

² “(...) to disrupt, dismantle and defeat al Qaeda in

ponto, os EUA argumentam que, se a minoria extremista do grupo não for desmantelada e suas facções mais radicais não forem combatidas, atentados terroristas devem provavelmente acontecer em todo o mundo. Além disso, como sugere Obama, possivelmente, esses países teriam sua economia e seu governo afetados, como também os direitos humanos negligenciados, em decorrência das atividades dessas facções.

Quanto ao Paquistão, a realidade é que a população civil deseja, assim como os EUA, o fim do terror e dos atentados. Esse posicionamento se evidencia pelo fato de muitos paquistaneses terem sido vítimas de atentados da Al Qaeda e de outros grupos extremistas. Temos como exemplo, as mortes de policiais, soldados e da ex-Primeira Ministra do país, Benazir Buttho, morta em um ataque terrorista em 27 de dezembro de 2007.

No Afeganistão, percebemos que sua população também sofre a pressão dos grupos extremistas. Porém, diferentemente do Paquistão, o Afeganistão possui um governo democraticamente eleito, o que, nas palavras de Obama, já é um passo para atingir a segurança local. Entretanto, o governo afegão possui um histórico de corrupção e ineficácia, sendo praticamente impossível repassar e fornecer os recursos básicos à população.

No momento, outra questão importante é a atenção dada à eleição presidencial que ocorrerá no Afeganistão, em agosto deste ano, considerando o fato de que extremistas poderiam tentar impedir de alguma forma sua realização. Além disso, durante seis anos, os recursos providos pelos EUA não foram mandados para aquele país pela prioridade que era dada à guerra no Iraque.

Vemos, dessa forma, que esses dois países, Afeganistão e Paquistão, se encontram em áreas onde a população tem acesso limitado, ou sequer tem acesso, a recursos básicos; o governo é taxado de corrupto, já

que os recursos não chegam à totalidade da população; a economia é prejudicada devido às redes de narcotráfico; e a Al Qaeda age de tal forma que, como destaca o Presidente dos EUA, apresenta-se como uma ameaça para a paz e segurança, não somente locais como, também, internacionais. Vemos por meio de declarações de Obama, um enfoque que se assemelha, em certos aspectos, a algumas das linhas de política externa e preocupações com a segurança internacional adotadas na gestão de seu antecessor, George W. Bush.

Portanto, para que fosse possível concretizar os objetivos acima citados, o Presidente dos Estados Unidos da América declarou no supracitado encontro, ocorrido no dia 27 de março de 2009, a importância do apoio internacional nas áreas militar, governamental e econômica - como a ajuda do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. É importante notar que se destacou, ainda, a necessidade de criação de agências especializadas para regulação, controle e inspeção do dinheiro enviado. Ademais, Obama enfatizou a noção de se medir o progresso do Afeganistão e do Paquistão através de metas para que seja possível julgar o sucesso das operações e do engajamento civil e governamental.

No caso do Paquistão, será enviado anualmente um montante de um bilhão e meio de dólares, durante cinco anos, para a promoção de recursos básicos à população - como construção de estradas e escolas -; zonas de oportunidade nas regiões fronteiriças para o desenvolvimento da economia e para a promoção da paz em locais tomados pela violência. Com isso, objetiva-se, também, que o país consiga realizar as eleições de forma segura, promover instituições políticas que permitam estabilizar a situação interna e assegurar um governo estável, já que nesse caso, ainda não ocorreu uma consolidação do processo democrático. Diferentemente, no caso do Afeganistão, o discurso estadunidense

tem destacado como fundamental a promoção de um governo efetivo e não-corrupto.

Em relação ao Afeganistão, outra questão a se destacar é o envio, pelos EUA, de um novo contingente de tropas de quatro mil soldados e especialistas para o treinamento do exército, juntamente com os dezessete mil soldados anteriormente ordenados para o Afeganistão, em fevereiro de 2009. Esta tropa adicional, no entender do governo estadunidense, servirá para ajudar a melhorar a capacidade governativa, uma vez que esse país enfrenta desafios para tal. Outro aspecto é que, além dos soldados, serão mandados especialistas que proverão conhecimento técnico para a região em áreas com situações emergenciais, como a agricultura, saneamento básico, treinamento policial, entre outras. Tais recursos militares e financeiros têm como objetivo final construir um exército afegão de 134 mil soldados e uma força policial de 82 mil soldados até 2011, quando os EUA pretendem retirar suas tropas e suspender o apoio financeiro ao país.

Baseando-se nas palavras do Presidente Barack Obama, acredita-se que os esforços cedidos à causa poderão falhar drasticamente se o futuro desses países não for levado em questão. Os recursos financeiros e as tropas enviadas são uma parte fundamental para se alcançar os objetivos esperados, mas necessitam estar conectados a programas de apoio internacional que consigam prover ao Paquistão e ao Afeganistão independência da ajuda financeira e militar estrangeira. Para tal, como enfatiza o Presidente estadunidense, a ajuda internacional não deverá ser somente o envio de recursos militares e financeiros, mas fundamentalmente a promoção de meios necessários - tanto em termos de assistência técnica para modernizar a agricultura e desenvolver a economia, como também aperfeiçoamento do corpo militar do Paquistão e do Afeganistão -, em que os países da OTAN e os demais

envolvidos⁵ precisam estar presentes. Além disso, outro fator importante, pois, é que, tanto o Afeganistão como o Paquistão deverão estar de acordo com os critérios assinalados pelos EUA, principalmente em relação à Al Qaeda. Vale ponderar até quando os Estados Unidos fornecerão recursos para ambos os países, e a efetividade de suas políticas para a região. A questão é prover os meios necessários para que o Afeganistão e o Paquistão consigam, futuramente, por si sós, manter-se equilibrados política e economicamente e desarticular a Al Qaeda e outros grupos terroristas em sua totalidade.

Referência

Sites:

FBI

www.fbi.gov

Governo Americano

www.america.gov

CNN

www.cnn.com

Time

www.time.com

Ver Também:

29/11/2006: [Operações da OTAN no Afeganistão: implicações para o desenvolvimento e segurança do país.](#)

28/09/2006: [Afeganistão: oposição armada talebã continua após cinco anos de intervenção.](#)

Palavras-chave: Afeganistão, Paquistão, Estados Unidos, terrorismo.

⁵ Rússia, China, Arábia Saudita e Irã.

Conjuntura**Internacional**

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^a. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Profa. Liana Araújo Lopes e Prof. Dawisson Belém Lopes.

Membros: Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Eduardo Côrtes de Araújo Furtado; Larissa Rabelo Pires Martins; Maria Eugênia Rodrigues de Souza Nassim; Thainá Sesterhenn Chaves; Vívian Machado Magalhães Moreira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500, Prédio 43, 4º andar. Coração Eucarístico. Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>